



ACÓRDÃO Nº1700/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12024/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Procuradoria Geral do Estado do Amazonas – PGE.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Jorge Henrique de Freitas Pinho (gestor), Giordano Bruno Costa da Cruz (Gestor), Mateus Severiano da Costa (Ordenador de Despesa), Fabio Pereira Garcia dos Santos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5911/2022-DIMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE. Exercício de 2021.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas - PGE, exercício financeiro de 2021, sob a responsabilidade do **Sr. Jorge Henrique de Freitas Pinho**, na qualidade de Gestor, no período de 01/01/2021 a 03/08/2021, do **Sr. Fábio Pereira Garcia dos Santos**, Ordenador de Despesas no período de 01/01/2021 a 11/08/2021, nos termos do art. 22, II, da Lei Estadual n. 2.423/96;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas - PGE, exercício financeiro de 2021, sob a responsabilidade do **Sr. Giordano Bruno Costa da Cruz**, na qualidade de Gestor no período de 03/08/2021 a 31/12/2021, e do **Sr. Mateus Severiano da Costa**, Ordenador de Despesas no período de 11/08/2021 a 31/12/2021, nos termos do art. 22, II, da Lei Estadual nº 2.423/96;
- 10.3. **Recomendar** à Procuradoria Geral do Estado do Amazonas -



ACÓRDÃO Nº1700/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

PGE que evite o pagamento com atraso de obrigações previdenciárias ou outras, afastando, assim, a incidência de juros; bem como adote as providências necessárias para a correção dos registros dos bens patrimoniais apontados, a fim de evitar a reincidência dos fatos nos próximos registros;

10.4. Dar ciência ao Sr. Jorge Henrique de Freitas Pinho, Sr. Fábio Pereira Garcia dos Santos, Sr. Giordano Bruno Costa da Cruz e Sr. Mateus Severiano da Costa para conhecimento da presente Decisão;

10.5. Arquivar os presentes autos, após expirados os prazos legais.

11- Ata: 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de outubro de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral